

FAVELAS, AS “CHAGAS” DE FORTALEZA (1973-1980).

Angerlânia da Costa Barros

Mestre em História e Culturas – UECE

Angel_htaa@hotmail.com

O título desta pesquisa foi retirado de uma matéria do jornal “O Povo”, de outubro de 1977, que defendia a construção da Avenida Presidente Castelo Branco, por “cortar uma das chagas de Fortaleza”, o Arraial Moura Brasil, área em que habitavam muitos moradores pobres da cidade. Considerando os meios de comunicação enquanto porta-vozes dos anseios dos setores sociais médios e altos, podemos refletir que todos os espaços desiguais e precários da capital cearense eram indesejados e estigmatizados, além de vistos como problema. Neste contexto, a política nacional do BNH/COHAB visou eliminar estas zonas de pobreza, construindo conjuntos habitacionais em todas as grandes cidades do país, na teoria, os principais objetivos eram extinguir essas áreas e reduzir o déficit habitacional, de modo a minimizar os efeitos cíclicos da prática do simples despejo: o surgimento de novas favelas.

Em Fortaleza, por exemplo, os administradores urbanos removiam os seus moradores para conjuntos habitacionais e, no lugar da antiga favela, construíam avenidas, praças, equipamentos urbanos, entre outros, a fim de eliminar a possibilidade de reconstrução da comunidade. Esta política municipal recebeu o nome de Programa Integrado de desfavelamento (1973), por desenvolver a estrutura física da cidade ao mesmo tempo em que “extirpavam suas chagas”. Desse modo, este estudo buscou compreender duas questões: por que as áreas eram consideradas chagas? Como os poderes municipais e estaduais passaram a combatê-las? Utilizamos como fonte de pesquisa, documentos administrativos da Prefeitura de Fortaleza e do Estado do Ceará, notícias dos jornais “O Povo” e “Correio do Ceará” e uma extensa discussão bibliográfica.

Os migrantes da seca foram considerados os principais agentes formadores destas zonas, porque ao chegarem à capital cearense eles precisavam, sobretudo, de moradias e, por não terem recursos econômicos, eles “[...] normalmente procuravam

terrenos afastados e de preferência públicos, para se alocarem. Desta forma, eles ampliavam as periferias e o surgimento das favelas [...]” (ALMEIDA, 2013, p. 118). As migrações, na opinião do próprio Governo do Estado do Ceará¹, causaram o aparecimento de áreas como o “[...] Cercado do Zé Padre, 1930; Mucuripe, 1933; Morro do Ouro, 1940; Graviola, 1940; Varjota, 1945; Meireles; 1950; Papequinho, 1950; Lagamar, 1953 e Estrada de Ferro, 1954 [...]” (CEARÁ, 1967, p. 54).

Entretanto, estes mesmos “favelados” correspondiam aos trabalhadores mais ativos das indústrias e das atividades domésticas, bem como de serviços informais, logo eram indispensáveis para a cidade. Mas, apesar de ser a principal força de trabalho da capital, eles não escapariam de ser expulsos para locais afastados das suas áreas de empregos, como ocorreu com vários habitantes pobres de Fortaleza, a exemplo dos antigos moradores do Arraial Moura Brasil. Em outras palavras, a favela não é resultado apenas do déficit habitacional, mas da exploração de trabalhadores, isto é, a sua formação advém da falta de recursos ou do empobrecimento da mão de obra das cidades. Enquanto estes são explorados, há o acúmulo de capital por apenas um setor social, a burguesia, e, esta, além de subjugar-los economicamente, ainda passa a controlar o uso do espaço urbano e a se beneficiar com os melhores locais.

Vale ressaltar que esta responsabilidade (ou culpa) dos retirantes na constituição destas áreas marginalizadas foi imposta por um estudo a mando do poder estadual, no início da década de 1960. Segundo o relatório, “[...] a população das favelas de Fortaleza é originária, na sua maioria, de lugares que não a própria capital [...]” (CEARÁ, 1967, p. 41), ou seja, o resultado da migração era o aumento de territórios malvistos. Mas, a pesquisa deixava evidente que apenas o movimento migratório de pessoas pobres prejudicava “[...] a expansão harmônica da Capital cearense, agravando as suas carências e dificultando e retardando seus planos de reforma e recuperação urbana [...]” (CEARÁ, 1967, p. 24), sendo desnecessário preocupar-se em “[...] estudar

¹ CEARÁ (1967). A publicação consiste numa pesquisa encomendada pelo Governo do Estado do Ceará ao Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, realizada entre 1961 e 1963 e oficialmente divulgada em 1967, a qual buscava conhecer melhor a realidade do problema socioespacial da capital, a fim de encontrar medidas para amenizá-lo ou erradicá-lo.

a migração das famílias de classes média e alta, de vez que esta, além de escapar a qualquer controle, não traz prejuízos à comunidade da capital [...]” (CEARÁ, 1967, p. 13). Isto é, segundo este relatório, todos os problemas urbanos de Fortaleza advinham da “invasão” dos pobres.

Foi a partir da década de 1930 que Fortaleza experimentou a proliferação de favelas em seu território, sobretudo, o litorâneo, por este ser, no período, um dos locais desprezados pela administração do município, algo demonstrado pela distância deste em relação a muitos estabelecimentos tradicionais, como o Palácio do Governo, o Teatro José de Alencar e as principais praças do Centro (SILVA, 2009). No ano de 1932, a cidade de Fortaleza recebera novamente uma leva de retirantes fugidos da estiagem no ano de 1932 e, assim como ocorreu na seca de 1915 (episódio eternizado pela escritora Rachel de Queiroz, no livro *O quinze*), eles foram isolados em Campos de Concentração. Estes eram grandes terrenos, cercados ou murados, e funcionavam como uma espécie de prisão, pois “[...] os que lá chegavam não podiam mais sair, ou melhor, só tinham permissão para se deslocar quando eram convocados para o trabalho ou quando eram transferidos para outro Campo [...]” (RIOS, 2001, p. 59). Eles foram “[...] a forma encontrada pelos ricos para manter a ‘sombra sinistra da miséria’ longe da ‘iluminada cidade do sol’ [...]” (RIOS, 2001, p. 102).

Como a falta de chuva é um fenômeno constante no interior cearense, as migrações e as consequentes políticas de isolamento não findaram em 1932. É necessário ressaltar que o êxodo rural também ocorria devido ao problema fundiário, à pouca oferta de emprego e/ou à falta de acesso a equipamentos urbanos nos locais de origem dos retirantes (SILVA, 2009). Nos anos de 1940, quando o Estado do Ceará passou por uma nova seca, houve a criação do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), a fim de recrutar operários para a “Batalha da Borracha” (NEVES, 2000), para os que não eram recrutados foram construídos novos Campos de Concentração:

Durante o Estado Novo, Fortaleza sofre um novo fluxo migratório, motivado pela seca de 1942. A presença de inúmeros retirantes fará com que o governo

organize novo campo de concentração no bairro Alagadiço, com propósito unificador em relação aos demais bairros de evitar a dispersão de retirantes pela cidade. (ARAÚJO, 2007, p. 79).

O objetivo dos Campos, como aponta a historiadora Kênia Rios (2001), era segregare e isolar os retirantes, pois estes eram considerados a causa da “desordem” de uma cidade que aparecia como palco do progresso. Em outras palavras, os locais de isolamento foram criados porque “[...] a cidade que queria ser moderna e civilizada estava sendo ocupada por um indesejado fluxo de transeuntes, uma assombrosa procissão trazendo a miséria em olhares e gestos [...]” (RIOS, 2001, p. 29). Além das secas, a instalação de indústrias e a construção do Porto do Mucuri, nos anos de 1940, também causaram a expansão de outras favelas, pois os trabalhadores que exerciam atividades no Porto ou nas indústrias passavam a se instalar nas áreas próximas ao seu local de trabalho (SILVA, 2009). Segundo Santiago (2002), a capital funcionava como um polo de atração para os interioranos, pois estes acreditavam que, através dela, eles conseguiriam melhorar de vida.

Uma das consequências dos Campos de Concentração foi o crescimento do Arraial Moura Brasil, este correspondia ao bairro mais pobre da cidade, além de ser “[...] uma das “zonas perigosas”, bem próxima ao centro, onde adolescentes e crianças conviviam com prostitutas [...]” (JUCÁ, 2003, p. 148). Esta imagem da área enquanto um local “problemático” foi bastante reforçada pelos jornais, os quais perpetuavam a miséria, a criminalidade e a prostituição enquanto características do lugar: “[...] tinha o antro de marginais e o baixo meretrício que faziam do Arraial Moura Brasil o bairro das notícias policiais. O seu anexo – a Cinza servia de centro aos maconheiros e homossexuais [...]” (O POVO, 05/10/1974, p. 28). Entendendo que a mídia geralmente propaga muitos ideais de modelos sociais, esta categorização dos moradores de “favelas” enquanto criminosos, praticantes de libertinagem, amorais etc., produzia um imaginário sobre aquilo que era distinto (morar aparentemente bem) e condenável (habitar locais marginalizados).

Se o Arraial era ou não o bairro com mais ocorrências policiais, esta “descrição” jornalística acima se aproxima da afirmação do historiador Bronislaw Geremek “[...] a tais concentrações da pobreza urbana em geral se atribui o caráter de focos de vagabundagem e crime [...]” (1995, p. 144). Isto acontece porque não somente os pobres, mas, sobretudo, a reunião (aglomerações) deles em um determinado lugar é considerada uma ameaça à ordem política-urbana de qualquer cidade (GEREMEK, 1995). Por isto, a favela, nome dado aos espaços ocupados pelos desfavorecidos, correspondia automaticamente às “[...] zonas mais infiltradas de marginais, prostitutas e delinquentes juvenis [...]” (O POVO, 25/10/1974, p. 5), mesmo que nela não houvesse pessoas com este perfil (ou constituíssem uma minoria). Para Caldeira (2011), estes estereótipos surgem de uma associação destas características aos espaços que supostamente as originaram: as favelas e os cortiços.

Vistas como “anomalias” urbanas, estes locais se tornam mais inapropriados quando disputam espaço com as elites: “[...] as luxuosas residências da Aldeota são um encanto para os olhos. E para a alma, também o serão? Ao seu redor, crescem as favelas, plenas de miséria e de vida [...]” (O POVO, 30/09/1974, p. 5). Na citação, observamos a separação do perfil habitacional considerado adequado e o preconceito contra o padrão julgado como impróprio, problemático, perigoso. Em outras palavras, os habitantes destes lugares e as suas moradias passam a ser discriminados por representarem um antimodelo do que as camadas médias e altas julgavam ser o melhor arquétipo de morar: bairros planejados, ruas bem tracejadas, casas compatíveis com a higiene e o bem-estar, isto é, qualidades pouco presentes em favelas.

O teor discriminante desta passagem continua a reforçar os apontamentos de Geremek (1995) e, sobretudo, deposita todos os problemas sociourbanos sobre as zonas mais populares, propagando que alguns valores como ordem, moral e trabalho não se estabelecem – da maneira imposta pelos poderosos e religiosos – neste tipo de local. Portanto, mais uma vez, ocorre esta visão determinista de que “[...] a favela, com seu desajeito urbano, faz os homens se imiscuírem numa perversão moral [...] (pois) a vida na favela desagrega, na sua maioria, a própria família [...]” (MOTA, 1979, p. 9). Em

outras palavras, acreditava-se que o espaço desestruturava a família (instituição responsável por ensinar e manter os valores supracitados) e expandia, por consequência, a criminalidade, a imoralidade sexual e a vadiagem.

Descartando estas situações de disputas pelo espaço ou logo após a ocorrência de despejo, o discurso sobre estas áreas pobres muda radicalmente. Ao contrário de desocupados e indivíduos sem referências familiares, os jornais apresentavam os excluídos enquanto “[...] famílias humildes que para ganharem a vida trabalham nas mais diferentes formas de profissão: pedreiro, servente, pescador, biscateiros, carregador, etc. [...]” (O POVO, 28/12/1977, p. 12). Observe-se que até ser biscateiro, aqui, aparece como meio de sobrevivência, apesar da prática ser condenada. Em outras palavras, eles só eram “problemáticos” durante a existência dos aglomerados, ao aceitarem a expulsão, eles se tornavam “integrados” à cidade.

As indesejadas favelas incomodaram os administradores das cidades desde o início do século XX, contudo, foi a partir da década de 1960 que houve a intensificação de políticas urbanas de combate às zonas de pobreza e aos mocambos das cidades brasileiras (FINEP, 1983). No caso da capital cearense, entre 1961 e 1963, o Governo Estadual iniciou o levantamento socioeconômico dos moradores de áreas pobres, houve também a elaboração do Plano Diretor de Hélio Modesto (1963) e a criação da Fundação do Serviço Social de Fortaleza (1963-1964) pela Prefeitura. Ressaltamos que, após o Golpe de 1964, a política do BNH/COHAB visou prosseguir com a eliminação de favelas e, sobretudo, com a redução do déficit habitacional por todo o país. Além disso, ainda neste período, a medida de despejar moradores foi, paulatinamente, substituída pela prática de remoção ou de desfavelamento (usando os termos dos projetos), visto que remover/desfavelar minimizava, na teoria, os efeitos cíclicos do despejo: o surgimento de novas favelas.

Concordando com Valladares, “[...] a presença de favelados sempre incomodou os bairros ricos da cidade [...]” (1980, p. 30) e, apesar das intervenções políticas ou da especulação imobiliária, “[...] a segregação não impede a presença nem o crescimento de outras classes no mesmo espaço [...]” (VILLAÇA, 2001, p. 142). Assim, a *exclusão*

socioespacial dos habitantes pobres pode ocorrer pelo tipo de moradia, pelos hábitos, pelo tratamento recebido dos políticos ou pelo desinteresse do resto da sociedade em conhecer a realidade deles. Dizemos isto tomando a descrição do jornal *O Povo* quanto ao “choque” da sociedade ao ver a “verdadeira face” do Arraial Moura Brasil:

Quantos tiveram oportunidade de acompanhar os trabalhos preliminares da Avenida Leste-Oeste, com a demolição dos barracos situados na orla marítima, entre Barão do Rio Branco e Senador Pompeu, mostraram-se simplesmente chocados com a miséria que encontravam dentro daqueles casebres. Foi, como se as picaretas da Prefeitura esvurmassem um grande tumor. O que apareceu aos olhos de todos não foi uma sociedade de marginais perigosos, como se supunha, mas uma estranha coleção de seres humanos carcomidos pelas doenças mais diversas, um autêntico “pátio de milagres”, com aleijados, cegos, chagados e retardados. Gente com o corpo e a mente consumidos pela miséria mais brutal [...] Há vários outros recantos como esse – as favelas – que estão a exigir a atenção das autoridades para que se promova sua erradicação e relocação dos moradores, através de um amplo programa de desfavelamento. (O POVO, 17/01/1973, p. 1).

A notícia revela a existência de um desconhecimento por parte do “outro lado” da cidade em relação ao Arraial Moura Brasil, porém, bem mais que a falta de interesse, percebemos a desinformação prestada pelo periódico: “o lugar não era formado por marginais como se supunha”. Ora, eram os próprios jornalistas quem supunham e propagavam esta ideia, fazendo desta hipótese, e também estigma, uma verdade. Como aponta Caldeira (2011), os pobres sempre são associados ao espaço do crime e identificados como irracionais e desprovidos de uma cultura sofisticada. Além disto, os jornais insistiam em ressaltar apenas as características negativas de uma pequena parcela dos habitantes do Arraial. Deduz-se que era preciso manter esta imagem torpe do lugar para que se pudesse legitimar a sua erradicação, esperando encerrar “o problema”, que, após seis anos, ainda estaria “incomodando” a cidade:

O que antes estava encoberto, porque não havia ligação entre o setor leste e o setor oeste da cidade, passou a ser desvendado e mostrado a toda população “curiosa” da urbe, que ouvia falar de tudo aquilo, mas sem atinar, precisamente, para o que fosse ou representasse. A grande e iluminada avenida “modernizava” a miséria. Esta não deixou de existir, mas dentro de um contexto novo e avançado, isto é, entre lâmpadas a vapor de mercúrio. E

o contraste sobressai à vista, à medida em que vamos avançando: as favelas se dependuram dos morros [...] (CORREIO DO CEARÁ, 19/02/1979, p. 12).

Segundo Kowarick, “[...] a favela choca o bom cidadão. Alarma a consciência tranqüila, que adivinha no amontoado de barracos um foco de delinqüência, promiscuidade e vadiagem [...]” (1979, p. 159). Este enunciado resume a nossa análise de que o desconhecimento/desinteresse pelas áreas populares gerava (ou reforçava) estereótipos ruins acerca do lugar. É necessário salientar que bom cidadão – além de caracterizar o comportamento social de um indivíduo – refere-se aos moradores bem-instalados, situados fora das zonas precárias das cidades, pois, até hoje, a favela continua a associar-se a um imaginário preconceituoso, um exemplo de onde não se deve morar, de lugar impróprio para os distintos (ZALUAR, 2006). Por este motivo, os próprios “cidadãos” solicitam a retirada da miséria para longe do alcance de seus olhos, a fim de não mais chocarem-se por dividir espaço com aquilo que eles rejeitam.

Nesse hábito de chocar-se ao olhar o outro, o diferente, percebemos a exclusão e, além disso, observamos como se dá a construção dos estigmas sobre as “favelas” e os seus habitantes. Relacionando nosso tema com os estudos de Goffman, concordamos que o normal (bom cidadão) e o estigmatizado (“favelado”) “[...] não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos [...]” (1988, p. 149). Um indivíduo ou um grupo se torna estigmatizado porque a sua situação de vida o coloca em oposição aos ditos normais (GOFFMAN, 1988). No caso, a realidade precária dos moradores do Arraial Moura Brasil ou de qualquer outro local semelhante opunha-se ao estilo de moradia planejado e desejado pelas camadas mais abastadas, acarretando, além de estigma, o que chamamos de exclusão socioespacial.

De acordo com o historiador José D’Assunção Barros (2007), a segregação socioespacial é histórica e nem sempre aponta só distâncias físicas (bairros, pontes, estradas), ela pode indicar uma distância simbólica (nos códigos e comportamentos de seus habitantes) e, então, estabelecer uma distância social onde os diferentes (favelados e elite) habitam o mesmo local (as zonas litorâneas, por exemplo), mas não compartilham do mesmo padrão econômico e habitacional, ratificando o pensamento de

Goffman (1988). Essa diferenciação social vem das regras que delimitam o espaço, revelando como os diversos grupos se organizam e se inter-relacionam nas cidades (CALDEIRA, 2011).

Entre as décadas de 1960 e 1970, a capital cearense, se comparada ao Rio de Janeiro, apresentava um distanciamento espacial bem menos latente, pois não existiam barreiras físico-naturais como lá, onde os pobres “construíram” a maioria dos aglomerados nos morros: “[...] as favelas de Fortaleza são conquistadas em bairros e áreas de classe média e alta. Ao lado de favelas das mais baixas condições, situam-se residências do mais alto valor, em chocante contraste [...]” (CEARÁ, 1967, p. 52). Porém, ainda que as três classes habitassem a mesma área, elas não eram próximas em nenhum outro aspecto além deste. Ao contrário, nota-se pelos jornais que a convivência era forçada e inaceitável:

[...] por mais que se queira (separar), pobreza e riqueza, estão sempre tão próximas, tão perto uma da outra, que se ligam. E não adianta querer fugir porque será sempre assim [...] O que vale é que temos de começar a estudar o caminho para resolver todas as pendências da vida das duas realidades que teimam em crescer juntas: a dos pobres e a dos ricos. (CORREIO DO CEARÁ, 16/01/1979, p. 8).

A publicação mostrava um pessimismo em relação à organização (ou separação) dos bairros ricos e pobres da capital. O derrotismo advinha das diversas tentativas ocorridas durante toda a década de 1970 – tanto com o BNH/COHAB quanto com o Programa de desfavelamento –, que não conseguiram impedir a presença e o crescimento de moradias populares próximas a residências luxuosas. Segundo o jornal, os administradores de Fortaleza deveriam encontrar meios de solucionar de vez esta questão: a de evitar que estas camadas opostas sejam vizinhas. Na citação, fica visível que era inadmissível – uma teimosia – abastados e necessitados ocuparem o mesmo local. Mas quem eram os teimosos? Os pobres, que “[...] se saem da frente, vão para os lados, para as costas dos palacetes [...]” (O POVO, 21/11/1975, p. 12).

Nem todas as favelas próximas à zona central e litorânea da capital foram removidas na década de 1970. Segundo os relatórios municipais, a prioridade ou

urgência por extinguir uma zona de pobreza dava-se, sobretudo, pela proximidade com o bairro central de Fortaleza, o qual, a época era um dos únicos que possuía os principais equipamentos e serviços urbanos, como escolas, hospitais, transportes, entre outros, bem como ficava próximo dos bairros mais valorizados da capital. Em seguida, retirava-se o incômodo dos locais turísticos ou reservados a obras urbanísticas. A estratégia era “limpar” os vestígios de pobreza das rotas mais visitadas da cidade. Porém, diferentemente de Cinza (uma das favelas que compunham o Arraial), nenhuma delas foi totalmente extinta, apesar das várias tentativas de erradicá-las. Algumas existem na atualidade na condição de bairro/comunidade, a exemplo do Pirambu e de parte do Arraial Moura Brasil, e as outras ainda são tratadas como zonas incômodas, mesmo depois de reduzidas, como no caso do Poço da Draga.

As favelas de Fortaleza eram consideradas “chagas” pelos administradores urbanos por serem lugares que fugiam ao controle do governo (seja municipal, estadual ou federal) e por reunirem, devido à falta de recursos econômicos e de assistência social, a pobreza, a miséria e, segundo apontam os jornais, a promiscuidade – características que “chocavam” a elite de qualquer cidade brasileira. Eram “chagas” porque a alta sociedade e os governantes enxergavam apenas a aparência problemática delas, sem se preocuparem em amparar os desassistidos migrantes da seca vindos do interior do estado e/ou trabalhadores carentes que, por não terem opção, buscavam-nas como uma maneira de manterem-se na cidade e próximos ao seu local de trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Rodrigo Cavalcante de. **A modernidade e as favelas: a produção do espaço urbano de Fortaleza a partir da seca de 1932**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.

ARAGÃO, Thêmis A. **Influência das políticas habitacionais na construção do espaço Urbano metropolitano de Fortaleza - História e perspectivas**. Dissertação

(Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, Erick Assis de. **Nos labirintos da cidade**: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza. Fortaleza: INESP, 2007.

BARROS, Angerlânia da Costa. **Retirar, Afastar e Esconder**: erradicação de favelas e exclusão socioespacial na cidade de Fortaleza (1972-1979). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

BARROS, José D' Assunção. **Cidade e história**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de muros**: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: Editora 34; EDUSP, 2011.

CAVALCANTE, Raimundo. **Pirambu**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

CEARÁ, Governo do Estado. **As migrações para Fortaleza**. Secretaria de Administração. Fortaleza, 1967.

FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS – FINEP. **Habitação popular**: inventário da ação governamental. Rio de Janeiro, 1983.

GEREMEK, Bronislaw. **Os filhos de Caim**: vagabundos e miseráveis na literatura europeia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S. A., 1988.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. **A oralidade dos velhos na polifonia urbana**. 2. ed. Fortaleza: Premium, 2011.

_____. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza (1945 – 1960)**. São Paulo: Annablume, 2003.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MOTA, João Nogueira. **Últimas Palavras**: homenagem póstuma a Aldaci Barbosa Mota. Fortaleza, 1979.

NAS ZONAS marginais “as chagas” continuam vivas. **O Povo**, Fortaleza, 10 out. 1977. Caderno A, p. 6.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. **Programa Integrado de desfavelamento de Fortaleza**: estudo preliminar. Secretaria Municipal de Planejamento. Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Fundação do Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1973.

QUEIROZ, Rachel de. **O quinze**. 17. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1974.

RIOS, Kênia Sousa. **Campos de Concentração do Ceará**: isolamento e poder na seca de 1932. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2001.

SANTIAGO, Antônio de Pádua. A cidade como utopia e a favela como espaço estratégico de inserção na cultura urbana (1856-1930). In: **Trajetos**: Revista de História da UFC. Fortaleza, vol. 1, n. 2, 2002. p. 115-130.

SILVA, José Borzacchiello da. Formação socioterritorial urbana. In: DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. **De cidade à metrópole**: (trans)formações urbanas em Fortaleza. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma casa**: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

VILLAÇA, Flávio. **O que todo cidadão precisa saber sobre habitação**. São Paulo: Global, 1986.

ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.